

CELESC

PLANO DE AÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR COMEÇA A SAIR DO PAPEL

Diretores dos sindicatos da Intercel reuniram-se com Diretoria de Distribuição para debater a saúde e segurança dos trabalhadores

Fotos: Intercel



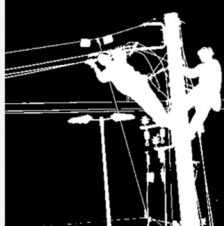
Em reunião realizada no dia 16/10, entre os sindicatos componentes da Intercel e a equipe da Diretoria de Distribuição da empresa foi dado o primeiro passo para a implementação do Plano de Ação de Saúde e Segurança do Trabalhador, originado na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho contra a Celesc.

Depois da série de acidentes de trabalho ocorridos na empresa nos últimos meses, que culminou com a morte de um companheiro em Lebon Régis, na última quinta-feira, dia 11/10, os sindicatos da Intercel que já vinham há muito tempo reivindicando maior responsabilidade na gestão de Saúde e Segurança do Trabalhador, intensificaram a cobrança pela implementação imediata do Plano de Ação.

A Diretoria de Distribuição compreendeu a situação caótica que se en-

contra a gestão de segurança da Celesc e a importância de avançar no cuidado com os trabalhadores e, numa atitude responsável, solicitou à Intercel o apoio necessário para pôr em prática o Plano de Ação de Saúde e Segurança do Trabalhador, antes mesmo do acordo com o Ministério Público ser firmado. Como ponto inicial será constituída uma Comissão de Análise Permanente de Acidentes do Trabalho, com membros da empresa e dos sindicatos, para fiscalizar e parametrizar as ações daqui em diante. Essa Comissão se reunirá na quarta-feira, dia 24, para iniciar os trabalhos. Na terça-feira os sindicatos da Intercel estarão participando do lançamento de uma Frente Parlamentar em prol da Saúde e Segurança do Trabalhador, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS APRESENTA AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ESTUDO SOBRE ACIDENTES DE TRABALHO NA CELESC



**SAÚDE E
SEGURANÇA DO
TRABALHADOR**

**Acidentes, terceirização e
gestão da segurança**

Jair Maurino Fonseca
Representante dos Empregados no Conselho de Administração

Apresentação RCA - 17/10/12

O Representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc, Jair Maurino Fonseca, apresentou aos demais conselheiros na última quarta-feira, dia 17/10, um estudo sobre Acidentes de Trabalho na Celesc.

Tendo como base o **“Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro”**, elaborado pela Fundação Coge e o estudo **“Terceirização e Morte no Trabalho: um estudo sobre o setor elétrico brasileiro”**, produzido pelo Departamento Intersindical de estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese), a apresentação demonstrou o alarmante cenário em que a Celesc está inserida. Destacamos da apresentação os exemplos da Cemig como empresa que mais expõe os trabalhadores à condições inseguras de trabalho, com alto índice de acidentes fatais e a relação explícita entre terceirização e acidentes de trabalho. O trabalho também apresentou aos conselheiros reivindicações dos trabalhadores para um futuro sem acidentes, como a implementação do Plano de Ação de Saúde e Segurança do Trabalhador, o fortalecimento das CIPA's e a eleição do coordenador de Segurança da empresa.



TRACTEBEL

Negociação adiada

Por solicitação da Tractebel a reunião de negociação que aconteceria no dia 17/10 foi transferida para o dia 01/11.

A Intersul entende que depois de tanto tempo para analisar a pauta dos trabalhadores que foi entregue no dia 25/09, a empresa apresente nesta reunião uma proposta que atenda os anseios e expectativas dos empregados.

PREVIG

PREVIG: Edital da eleição é publicado

A PREVIG publicou na edição do Diário Catarinense do dia 16/10/2012, o Edital de Convocação de Eleição para os cargos eletivos da Fundação, bem como disponibilizou em seu site, o Regulamento Eleitoral e outros documentos afins.

A eleição já deveria ter acontecido, mas em função da proposta de alterações no estatuto da Previg, encaminhada para análise eletrônica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o processo sofreu atraso e o mandato dos atuais eleitos foi prorrogado até 29/03/2013.

A Intersul está fazendo uma análise jurídica do Regulamento Eleitoral disponibilizado na página da Previg, já que o mesmo estabelece aos candidatos requisitos que não constam no Estatuto da Entidade.

No entendimento da Intersul a representação dos participantes e assistidos não pode ser inviabilizada por procedimentos e requisitos estabelecidos no Regulamento Eleitoral e que não estejam previstos no Estatuto e na legislação.

DIEESE APRESENTA NOTA TÉCNICA SOBRE RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES DO SETOR ELÉTRICO NACIONAL

O Departamento Intersindical de Estatística e estudos Econômicos (Dieese) publicou na última terça-feira, 15/10, Nota Técnica analisando a MP 579, que trata da Renovação das Concessões do Setor Elétrico Nacional. A Nota Técnica avalia o contexto das mudanças e as possíveis consequências para os trabalhadores. Enquanto recomendamos a todos os trabalhadores a leitura do estudo na íntegra (disponível no site www.dieese.org.br e nos sites dos sindicatos da Intercel) preparamos um pequeno resumo dos principais pontos relacionados aos trabalhadores.

Medidas e Tarifas

"Pelo programa, serão eliminados dois encargos (CCC e RGR), outro será reduzido em 75% (CDE) e a data final dos contratos de concessões - que terminariam nos próximos 60 meses - deve ser antecipada para o início de 2013."

"Quanto à antecipação do vencimento das concessões, as empresas poderão optar em renovar os contratos por mais 30 anos e aderir às novas condições. Caso façam a opção, haverá uma indenização correspondente à parcela dos investimentos ainda não amortizados ou não depreciados"

"A não adesão às condições estabelecidas na MP 579 faz com a detentora da concessão mantenha os serviços até o prazo final da concessão estabelecida atualmente em contrato. Ao final deste, a concessão voltará ao poder concedente que a licitará por até 30 anos, sendo que o novo concessionário se obrigará às mesmas condicionantes para a prorrogação das concessões antiga (...)"

"De acordo com o governo, considerando a adesão total das atuais concessionárias, parcelas de 20% da geração e de 67% da transmissão poderão chegar ao consumidor final pelo custo de operação e manutenção, permitindo uma redução média das tarifas de 20,2% a partir de fevereiro de 2013, sendo 7,0 pontos percentuais por conta das mudanças nos encargos e 13,2 pontos percentuais devido à renovação das concessões. O efeito para os consumidores residenciais está estimado em 16,2%. Para os demais, a redução variará de 19,4% a 28,0% (...)"

Contexto Econômico

"Ao longo dos últimos meses, observa-se um conjunto de medidas definidas pelo governo federal com vistas a reduzir o impacto da forte desaceleração da economia brasileira verificada desde 2011. A queda dos juros, tanto por meio da taxa Selic quanto da pressão sobre os bancos públicos e privados para acompanhar esse movimento; o reforço financeiro ao BNDES; a redução das alíquotas de impostos para vários segmentos; a substituição da base de cálculo das obrigações previdenciárias da folha de pagamento para o faturamento das empresas; a retomada das concessões de setores de infraestrutura, entre outras medidas, têm marcado as ações do governo."

Por outro lado, para melhor entender as razões da MP, é preciso considerar que o setor elétrico brasileiro passou por profundas mudanças desde a década de 1990, que significaram a introdução de uma lógica mercantil no setor, especialmente na geração e na comercialização da energia. (...) ao longo desses anos, o país passou por um período de racionalamento acompanhado de pequenos e grandes apagões, enquanto a tarifa tornou-se uma das mais caras do mundo (...)"

"Ao tornar-se um bem caro, apesar de ser um serviço público, o setor se transformou em um dos grandes geradores de lucros. Nos últimos cinco anos, entre as 12 maiores pagadoras de dividendos aos acionistas, medido em proporção do valor da ação, nove são empresas de energia elétrica (...)"

Consequências

"Na política econômica, as medidas definidas na MP 579 estão em linha com as recentes decisões do governo de estimular as atividades produtivas. Ao permitir a diminuição dos custos de produção, (...), o governo espera melhorar as condições de produção de vários setores com repercussão nos níveis de emprego e renda."

"As principais consequências da MP 579 ocorrerão nas empresas estatais. Deve ser destacado que 77% da transmissão e 98% da geração que está em discussão pertencem às empresas sob o controle dos governos federal e estaduais."

"Na relação de trabalho, o modelo tarifário que será definido pela Aneel na regulação da tarifa de geração e transmissão deverá trazer efeitos diretos, pois deverá reproduzir a situação que se tem verificado no segmento de distribuição nos últimos 10 anos. Sob o pretexto da busca de eficiência, as empresas são estimuladas pela Aneel à redução dos custos operacionais. (...) A consequência tem sido a precarização das condições de trabalho com parcos efeitos sobre a tarifa, tendo em vista que o peso das despesas com pessoal no custo final ao consumidor é muito pequeno."

A consequência do modelo tarifário no ambiente de trabalho tem sido marcada pela precarização. É visível a regressão nas condições de segurança, aumento do número de mortes no setor, especialmente entre os trabalhadores terceirizados, já que mais de 50% da mão de obra não são do quadro próprio das empresas.

CONGRESSO COMEÇA A ANALISAR CONCESSÕES DO SETOR ELÉTRICO

As entidades sindicais dos trabalhadores do setor elétrico, junto com outros movimentos sociais que integram a Plataforma Operária e Camponesa pela Energia, participam nesta quarta-feira, dia 17, em Brasília, da instalação da Comissão Mista do Congresso Nacional, que irá avaliar as 431 emendas apresentadas à Medida Provisória 579, que renova as concessões do setor elétrico. Presidida pelo deputado Jilmar Tatto (PT-SP) e com relatoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a Comissão será instalada às 9h45, na sala 29, do Anexo II do Senado.

A partir de hoje, as entidades distribuem aos

parlamentares, suas propostas para aperfeiçoamento da MP (veja aqui). Segundo Franklin Moreira, presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), são 15 emendas que abordam os temas da prorrogação permanente das concessões, a realização de audiências públicas para definição de tarifas e a proibição de terceirização de atividades-fim pelas concessionárias de energia. Para as entidades, que estão reunidas desde segunda-feira em Brasília, a aprovação destas emendas será fundamental para garantir respeito aos trabalhadores, aos consumidores e às empresas.

Defensoras da renovação das concessões

, como forma de impedir o desmonte do setor elétrico e sua privatização, as entidades alertam para a importância de garantir o aproveitamento dos benefícios, que serão gerados pelas renovações, para a manutenção e ampliação do setor elétrico. "Além da diminuição dos encargos federais, já anunciados pelo governo, a redução das tarifas, só será possível porque trabalhadores e consumidores pagaram, ao longo dos anos, pelos investimentos, agora amortizados", explica Franklin.

A terceirização das atividades-fim no setor elétrico, é a responsável, segundo estudos do Dieese, por 91% das mortes de trabalhadores do

setor, além de acidentes graves e mutilações. Além disso, a terceirização interfere diretamente na qualidade dos serviços prestados, gerando má prestação de serviços aos consumidores de energia elétrica. Na avaliação das entidades sindicais e sociais membros da Plataforma, isso acontece porque a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), não contempla as condições de trabalho do setor em sua atuação regulatória. Os dirigentes das entidades, defendem a alteração da Lei das Concessões (8987/95), elaborada no período das privatizações, que abriu caminho para a terceirização desenfreada das atividades das concessionárias.

CELESC

Plano Celos Saúde

A Resolução Normativa 279 da ANS trouxe importantes mudanças na concepção dos planos de saúde. Entre elas destacamos a extensão do plano de saúde para aposentados e demitidos sem justa causa, desde que os mesmos assumam a contribuição integral do plano. Essa situação foi um grande avanço, mas não será percebida pelos assistidos do plano Celos Saúde, pois sua estrutura contempla a continuidade da participação da patrocinadora para aposentados. A grande preocupação foi a determinação de custeio dos planos por faixa etária, o que mudaria totalmente a lógica adotada no plano Celos saúde, passando a ser custeado na mesma forma do plano Celos agregado. A contribuição deixaria de ser por grupo familiar e seria calculada por pessoa e por faixa etária, mudando o valor pago principalmente para quem tem um grupo familiar maior e também para os participantes acima de 59 anos de idade.

Foi formado uma comissão integrada por representantes da Celos, Celesc, Intercel e Apecelesc para participar de reunião com a ANS no Rio de Janeiro para tratar dos assuntos relacionados acima entre outros. Na reunião ficou claro que o Plano Celos Saúde, por ser um plano de Autogestão, poderá continuar a atuar na forma atualmente praticada, o que afasta o fantasma da exclusão, por incapacidade de pagamento, de grande parte dos participantes aposentados.

CUTUCADAS
Celesc

LIMPEZA DE PORÕES OU JOGAR A SUJEIRA PARA BAIXO DO TAPETE?

Na terça-feira, 15 de outubro, o Presidente da Celesc, Antônio Marcos Gavazzoni, concedeu ao jornal O Estado de São Paulo entrevista comentando o futuro da estatal Catarinense. Mais uma vez, como parece ser comum à grande mídia desinformada e preguiçosa, que acomodasse em reproduzir inverdades sem pesquisar e confirmar a realidade do setor elétrico brasileiro (principalmente na questão das empresas públicas), o trabalhador é exposto como o centro dos problemas.

Segundo a reportagem do "Estadão", "o calcanhar de Aquiles da Celesc sempre foi uma estrutura trabalhista inchada". A mitologia usada para descrever uma Celesc problemática, serve-nos também para algumas considerações. Aquiles era um mortal com fúria de Deus. Grande lutador, temido por vários povos ganhou diversas batalhas com os poucos homens que compunham seu exército. A verdade é que a Celesc é quase como Aquiles: uma empresa forte, que leva energia de qualidade ao estado de Santa Catarina, mesmo com um quadro reduzido de trabalhadores, sempre criticados por uma lógica de mercado que considera eficiente uma empresa que explore seus trabalhadores expondo-os à condições inseguras em prol de lucros cada vez maiores para poucos acionistas. Em certa passagem do mito Aquiles é traído por Agamenon e recusa-se a entrar na guerra contra tróia.

Seria Agamenon, na nossa história, Gavazzoni? Na entrevista concedida ao Estadão, o presidente afirma que em 2012 "é o ano de limpar o porão da Celesc" e que "o grande problema da Celesc é excesso de pessoal". Também declarou que sua equipe irá "criar regras de forma que nem se eu quiser realizar um novo concurso público para contratação de funcionários vou conseguir".

Em uma análise objetiva, expressão usada pelo presidente deveria ser outra: **esconder a sujeira debaixo do tapete**. Lembramos que em sua gestão foram criados 38 cargos de chefia sem necessidade. Também lembramos que o Ministério Público do Trabalho (MPT) recomendou à Celesc a contratação de trabalhadores por concurso público, considerando que com o atual efetivo a Celesc não consegue nem cumprir legislações trabalhistas. O MPT também declarou que não aceita a terceirização que explora os trabalhadores e os expõem à riscos de saúde e segurança em prol da diminuição de custos e distribuição exacerbada de lucros.

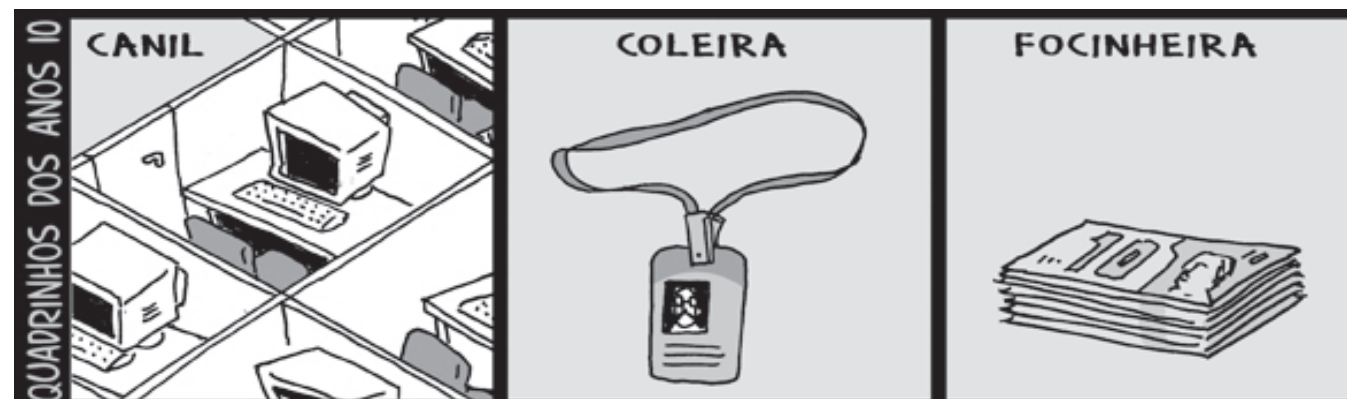
Os trabalhadores da Celesc não abandonarão a guerra. Estaremos sempre à postos para defender nossos direitos, defender com nosso trabalho a empresa pública, maior patrimônio da sociedade Catarinense. Defendemos acima de tudo a continuidade da Celesc como exemplo de empresa comprometida com o desenvolvimento do estado, sempre respeitando seus trabalhadores. Nosso porão está limpo. As sujeiras escondidas em baixo do tapete, com o tempo vamos varrendo com a força da verdade.

ELEIÇÃO PARA DIRETORIA COMERCIAL: ATÉ QUANDO ESPERAR?

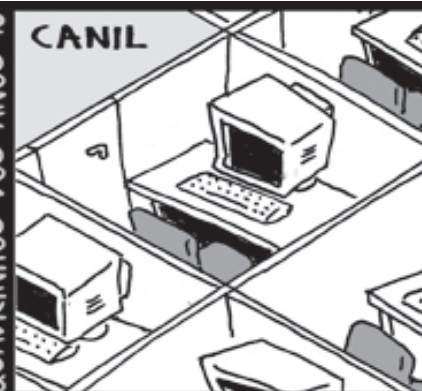
Na esteira dos assuntos jogados para baixo do tapete, a eleição para Diretoria Comercial continua sem data para acontecer. Em reunião com a Intercel o presidente manifestou o compromisso de realizar a eleição, mas com o mandato do atual diretor encerrado no início deste mês até o momento a empresa não se manifestou sobre a data da eleição nem sobre as regras para quem quer ser candidato. O que está faltando para o processo sair de baixo do tapete? Vale lembrar que a eleição para Diretoria Comercial é garantida pela Lei 13570 e é um direito dos trabalhadores. Enquanto isso já tem gente pedindo voto por ai...

Intercel
Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Mario Jorge Maia
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000
Fone (047) 3028-2161
E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindinorte.org
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.



QUADRINHOS DOS ANOS 10



AGREGAR

DE EMANUEL MEDEIROS VIEIRA

*“Não Matarás”: não basta.
Teu mandamento será este: farás tudo para que o outro viva.
É vero sim o que quero:
não me importa o estoque de teu capital, Brasil,
mas tua capacidade de: amar
lavar
aspirar
compreender.*

*Esse estatuto de miséria não é o nosso,
e a tecnologia da última geração não me sacia:
meu coração navegador quer mais.
A Ética – cuspada, debochada, no reino do simulacro,
Virou produto supérfluo porque não tem valor contábil.*

*Tempo dessacralizado e sem utopia:
a esperança é um cavalo cansado?
A aventura acabou no mundo?
Seremos apenas meros grãos de areia na imensa praia global?
Habitantes de um mundo virtual neste mercado sem cara?
Soará pomposo, eu sei:
não deixemos que nos amputem a alma
(e que acolhamos o outro).
Ser gente: não mera massa abúlica, informe,
com os olhos colados
no retângulo luminoso de todas as noites.
O tempo é apenas dos alpinistas sociais?
Sou bom porque apareço, não apareço porque
sou bom.*

*Na internet a solidão é planetária.,
mas do abismo – fragmento – irrompe um me-
nino eterno,
e sentes o cheiro de uma manhã fundadora.
(A Morada do Ser é mais importante que o
poder/glória.)*

*E o poema resiste,
singra a eternidade,
despista a morte,
seu estatuto não é mercantil.*

*Já não esqueces o essencial:
Na estrada de pó e de esperança, acolhes o outro.*

**Este texto obteve o Primeiro Lugar no Concurso Nacional de Poemas, promovido pela Associação de Cultura Luso-Brasileira, de Juiz de Fora, Minas Gerais, sendo contemplado com a Medalha de Ouro “Jacy Thomaz Ribeiro.”
O tema do concurso foi “Solidariedade: Por um Mundo Melhor.”*

